

**POLÍTICAS DE
INTERNACIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM
UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS
DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

UM ESTUDO A PARTIR
DA UNIVERSIDADE DO OESTE
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(UNOESC/SC)

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Profª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – UFSM, UNICAMP

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Adolfo Ignacio Calderon – PUC/Campinas

Prof. Dr. Afranio Mendes Catani – USP

Prof. Dr. Altair Alberto Fávero – UPF/RS

Profª. Dra. Carina Maciel – UFMS/MS

Prof. Dr. Diego Bechi – UPF/RS

Profª. Dra. Edineide Jezine – UFPPB

Profª. Dra. Egeslaine De Nez – UFRGS/RS

Profª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp/SP

Prof. Dr. Elton Luis Nardi – Unoesc/SC

Prof. Dr. Gildenir Carolino Santos – Unicamp/SP

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar/SP

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp/SP

Prof. Dr. José Vieira de Sousa – UnB/DF

Profª. Dra. Lara Carlette Thiengo – UFVGMG – MG

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC/PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC/SC

Profª. Dra. Ignacio Calderon – PUCC/SP

Profª. Dra. Maria Abadia da Silva – UnB/DF

Profª. Dra. Maria Tereza Ceron Trevisol – Unoesc/SC

Profª. Dra. Maria Vieira Silva – UFU/MG

Profª. Dra. Margarita Victoria Rodrigues – UFMS/RS

Profª. Dra. Marilda Pasqual Scheneider – Unoesc/SC

Profª. Dra. Marília Morosini – PUCRS/RS

Prof. Dr. Paulo Almeida – UFPA/PA

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp/SP

Profª. Dra. Romilda Teodora Ens – PUCPR/PR

Profª. Dra. Rosane Sarturi – UFSM/RS

Profª. Dra. Vera Jacob – UFPA/PA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrián Ascolani – Universidad Nacional de Rosario/Conicet/Argentina

Prof. Dr. Adrian Cammarota – IDES/Argentina

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Universidad de Granada/Espanha

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro/Portugal

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Portugal

Prof. Dr. Enrique Martinez Larrechea – IUSUR/Uruguai

Profª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho/Portugal

Prof. Dr. Geo Saura – Universidad de Granada – Espanha

Prof. Dr. Jaime Moreles Vazquez – Universidade de Colima/México

Profª. Dra. Maria Carmen Lopez Lopez – Universidade de Granada/Espanha

Profª. Dra. Maria Cristina Parra Sandoval – Universidad del Zulia/Venezuela

Profª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján/Argentina

Profª. Dra. María Verónica L. Guerrero – Pontificia Universidad Católica de Valparaíso/Chile

Prof. Dr. Mariano Fernandez Enguita – Universidad de Madrid/ Espanha

Prof. Dr. Norberto Lamarra – Universidad Trés de Febrero – Argentina

Profª. Dra. Olga Cecília Diaz Flores – Universidad Nacional Pedagógica – Colômbia

Prof. Dr. Pablo Garcia – Universidad Trés de Febrero/Argentina

Profª. Dra. Patricia Viera Duarte – Universidad de la Republica/Uruguai

Silmara Terezinha Freitas
Maria de Lourdes Pinto de Almeida

**POLÍTICAS DE
INTERNACIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM
UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS
DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

UM ESTUDO A PARTIR
DA UNIVERSIDADE DO OESTE
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(UNOESC/SC)

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Freitas, Silmara Terezinha

Políticas de internacionalização da educação superior em universidades comunitárias da região sul do Brasil : um estudo a partir da Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina (UNESC/SC) / Silmara Terezinha Freitas, Maria de Lourdes Pinto de Almeida. – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2023. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-733-6

1. Ensino superior - Brasil 2. Internacionalização 3. Políticas públicas 4. Santa Catarina (SC) - História I. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. II. Título. III. Série.

23-164051

CDD-379

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação superior : Financiamento : Políticas públicas 379

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

revisão final: dos autores

bibliotecária: Tábata Alves da Silva – CRB-8/9253

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 3

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

Dedicatórias

Dedico nosso livro a todos os educadores deste país, em especial as maiores educadoras da minha vida, que com seus exemplos me trouxeram até aqui: minha mãe Ledy, que mesmo não estando mais neste plano físico, sei que me acompanha e me dá forças para prosseguir na missão de professora, e a minha orientadora Malu, fonte de inspiração e aprendizado. À vocês, todo meu carinho e gratidão

(Silmara Freitas)

Em nome da Silmara T. Freitas, dedico este nosso livro a todos/as meus/minhas orientand@s desta longa jornada de 21 anos de Stricto Sensu, sempre acreditando na construção de uma educação menos desigual, mais justa e plenamente democrática. Pupil@s, adelante... a luta continua!

(Malu Almeida)

*Enquanto prevalecer na política educacional a orientação de caráter neoliberal, a estratégia da resistência ativa será a nossa arma de luta. Com ela nos empenharemos em construir uma nova relação hegemônica que viabilize as transformações indispensáveis para adequar a educação às necessidades e aspirações da população brasileira. (Saviani, Dermeval [1997]. *A nova lei da Educação*. Campinas: Autores Associados, p. 238)*

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira</i>	
APRESENTAÇÃO	19
capítulo 1	
SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO: O DISCURSO DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS	29
capítulo 2	
INTERNACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA: UMA EXIGÊNCIA DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA CAPES PARA A PÓS-GRADUAÇÃO	77
capítulo 3	
A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA: PROJETO E MEDIDAS CONCERNENTES	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	171
ANEXOS E APÊNDICES	193

PREFÁCIO

*Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira*¹

A questão da internacionalização na educação superior, enfoque deste livro, assumiu um novo protagonismo nas décadas finais do século XX e tem estado, neste século XXI, mais formalmente mencionada nas políticas de universidades no mundo todo. Tem sido também mais referida nos organismos internacionais que fomentam políticas, como a OCDE, o BM, a UNESCO, a IESALC, nos órgãos de avaliação que estabelecem os *rankings* universitários como THE- Times Higher Education, o QS- World University Rankings e em órgão de fomento e avaliação como a CAPES. Estes enfoques respondem ao papel que a internacionalização representou e representa na educação superior.

Muitas são as críticas a ela nos debates atuais e à forma com que foi desenvolvida até então, à ênfase acentuada na mobilidade que geralmente privilegiam os alunos bem posicionados, à ênfase no intercâmbio entre países desenvolvidos, à maciça procura de países subdesenvolvidos por convênios com os desenvolvidos, à preferência de parceria para publicações e pesquisas com instituições

1. Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

bem colocadas nos rankings internacionais, e à cooperação internacional focando apenas o desenvolvimento econômico (Lima e Contel 2015).

A internacionalização, entendida como a vivência em outro ambiente cultural, educacional, geográfico, religioso, social, é um aspecto milenar na constituição da universidade, uma vez que a compôs desde a sua origem. As poucas universidades existentes no mundo ocidental² e no oriental³ atraíam alunos e professores de vários países, favorecendo uma multiculturalidade quase natural na formação dada pela instituição. Era uma universidade cosmopolita e transcultural. Este aspecto milenar passou por diversas mutações ao longo da história da universidade e, no momento, se discute e pesquisa quais as possibilidades e qual a importância que a internacionalização apresenta ou pode favorecer (De Wit 2019; Hudzik 2011)

Até as últimas décadas do século XX, as atividades da internacionalização se davam preferencialmente como mobilidade de estudantes, estudos de línguas, estudos de áreas estratégicas, projetos de pesquisa com foco desenvolvimentista, programas de

-
2. Se tomarmos exemplos mais estritos, podemos considerar o tempo histórico da Academia de Platão, fundada em 387 a.C. e considera-la uma universidade. Localizava-se no Bosque de Academos, próximo a Atenas. Da mesma forma, o Liceu de Aristóteles, fundado em 335 a.C. é outra instituição do mundo ocidental. Aristóteles foi discípulo de Platão por 20 anos. No Liceu pesquisavam uma ampla gama de assuntos: botânica, biologia, lógica, música, matemática, astronomia, medicina, cosmologia, física, história da filosofia, metafísica, psicologia, ética, teologia, retórica, história política, do governo e da teoria política, retórica e as artes. No entanto, a Universidade de Bolonha, que data do ano de 1088- Itália tem sido considerada a primeira universidade do mundo ocidental.
 3. A Unesco declarou a *Universidade de Karueein* como “primeira universidade” (Al Quarawiyiyia). Segundo historiadores e registros, foi fundada por uma mulher- Fatima al-Fihri. A segunda universidade mais antiga do mundo oriental é a *Universidade de El Azhar* – Cairo – Egito que data de 970. São da mesma época a Universidade de Damasco, na Síria e a Universidade de Marrocos em Marrocos.

graduação conjunto, redes de pesquisa e cooperação internacionais voltados para o fator econômico. A globalização que se reforçou ainda mais com o avanço das comunicações pela internet, reforçou o sentido de maior conexão e interdependência das nações e a internacionalização da educação superior foi um dos fatores tomados como central para o desenvolvimento econômico de um país. Esse enfoque ultrapassou os aspectos colaborativo, integrativo e de formação multicultural da internacionalização.

Com a primazia dessa visão sobre a internacionalização da educação superior, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE 2012), o Banco Mundial (BM 2003), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO 2003), entre outros organismos internacionais, publicaram documentos, desenvolveram fóruns e seminários sobre o papel da internacionalização para essa estratégia e os difundiram para o mundo todo, principalmente para o mundo ocidental. Muitas críticas têm sido feitas à preponderância desses órgãos nas políticas nacionais de educação superior, particularmente ao foco econômico e mercadológico, ao vínculo com o neoliberalismo que se sobrepõe ao sentido acadêmico, colaborativo, sociocultural e inclusivo (Riesberg 2019; Knigh 2014; De Wit, Gacel-Ávila e Jones 2017; Leal 2019).

Neste século XXI, a discussão destas duas décadas sobre internacionalização aponta para a necessidade de ultrapassar não só essa ênfase mercadológica neoliberal como a preponderante relação vertical de países do Norte (Estados Unidos e Europa). Os novos desafios às políticas de internacionalização abrangem a edificação de uma internacionalização como via de respeito às diferenças, de combate aos racismos, fascismos e ao preconceito a imigrantes e refugiados. Estes aspectos têm dominado os debates, estudos e pesquisas atuais na defesa de uma internacionalização de acatamento (Riesberg 2019, De Wit e Hans 2019). O contemporâneo entendimento da internacionalização vê que é urgente ultrapassar todos os “ismos”. A discussão sobre o aspecto formativo e de inclusão da internacionalização passa pela análise crítica sobre como

ela está sendo formalizada, institucionalizada e implementada nos países, e, especialmente nos países da América Latina e no Brasil.

A pesquisa da autora Silmara Terezinha Freitas orientada pela Profa Dra Maria de Lourdes Pinto de Almeida analisa criticamente as questões da internacionalização enquanto um dos aspectos de inserção das instituições universitárias brasileiras na globalização econômica e educacional. Examina os documentos de organismos internacionais enquanto “orientadores” de políticas, critérios e estratégias para o desenvolvimento da internacionalização, bem como os documentos exarados pelos órgãos nacionais, elaborados a partir dessa “orientação”. Como foco principal de sua análise, a autora se propõe a conhecer, por meio de densa pesquisa, as razões pelas quais uma universidade comunitária do interior de Santa Catarina se estrutura para desenvolver um processo de internacionalização. O estudo de caso feito neste trabalho contribui para compreender o que tem levado universidades brasileiras a dar relevância, em seu plano estratégico institucional, à dimensão internacional, atendendo à demanda feita pelos organismos internacionais e pelos órgãos nacionais, instituindo formalmente a internacionalização nas universidades por meio de um documento denominado Plano de Internacionalização. Dessa forma, o estudo contribui para debater concepções, influências e cenários da internacionalização nas IES brasileiras, particularmente na região Sul.

As autoras não se prenderam a uma perspectiva descritiva do objeto internacionalização, mas trouxe, analiticamente, os percursos, políticas, processos e estratégias executados pelos diferentes atores acadêmicos da instituição para compreender, em seu *locus*, a essência do fenômeno estudado.

O livro a que o leitor tem acesso, examina a exigência de ações de internacionalização, principalmente na pós-graduação brasileira a partir dos anos 2000. Analisa como o ditame da CAPES, com a inserção da internacionalização como critério de avaliação nos relatórios quadrienais dos programas de pós-graduação, afeta as políticas, a organização e a estruturação das universidades.

É fato que a inserção da internacionalização pela CAPES, como critério de avaliação, fez com que esta ganhasse maior destaque nos debates acadêmicos. Como consequência, um maior número de universidades brasileiras está implementando a internacionalização por meio de diferentes articulações, estratégias e práticas. Essa consideração perpassa por todo o texto desta obra.

As autoras não deixam de considerar que o caráter de processo da internacionalização a faz estar em constante redimensionamento, estruturando-se segundo as circunstâncias e em função do contexto institucional, resultando em diferentes estágios, entendimento, ações e alcances.

No Brasil, na próxima década, as universidades irão lidar com o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) da CAPES, publicado em 7 de novembro de 2017, que tem como objetivos os de fomentar a construção, incentivar a implementação e promover a consolidação de planos estratégicos de internacionalização nas universidades. O PrInt favorecerá recursos financeiros visando possibilitar a criação de redes de pesquisa com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação, a mobilidade discente e docente com ênfase em doutorandos e pós-doutorandos, dentre outras atividades (CAPES/PrInt 2017). Numa análise rápida sobre as atividades mencionadas no documento verifica-se que as atividades referidas como as priorizadas, pertencem ao movimento que caracterizou uma internacionalização assimétrica, com enfoque desenvolvimentista, com ênfase na meritocracia, nos programas de pós-graduação mais bem avaliados, na seleção de alunos privilegiados economicamente.

O livro e suas autoras contribuem para que a internacionalização não regride nos pequenos avanços oportunizados pela atual discussão conceitual e debate sobre teorização e prática da internacionalização, mas que tenha a edificação de novas dimensões e novas expectativas em prol de dimensões mais justas e de respeito à diferença, de acolhimento e reconhecimento do valor da cooperação e colaboração.

O livro acompanha os debates atuais que enfocam a necessidade de ampliar o caráter solidário que a internacionalização pode favorecer se suas políticas, objetivos, ações e estratégias beneficiarem a produção e o compartilhamento do conhecimento e da ciência, com o empenho de tornar a sociedade mais justa, mas humana, mais inclusiva.

As contribuições desta pesquisa representam a forma de transformar a internacionalização esperançosamente para melhor, com acesso para estudantes de todas as classes, com pesquisas colaborativas para enfrentar os desafios globais, com projetos de cooperação que tragam benefícios a todos os parceiros, com possibilidades de preparar gerações de estudantes como cidadãos do mundo. Uma transformação que atenda aos apontamentos dos aspectos críticos da internacionalização aclarados pela intensa produção bibliográfica, uma vez que ela tem sido incluída como uma agenda em muitas universidades no mundo e no Brasil.

Pelo seu conteúdo, este livro se torna uma importante contribuição na discussão e crítica da internacionalização como estipulada pelos organismos internacionais e políticas nacionais decorrentes e na defesa de uma nova internacionalização.

Referências

- BANCO MUNDIAL. *Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria*, 2003. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/>. Acesso em: 24/06/2020.
- BROOKS, Rachel e WATERS, Johanna. *Student mobilities, migration and the internationalization of higher education*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2013.
- CAPES / PrInt– Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PrInt. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/>

- bolsas-e-auxilios-internacionais/capes-print. Acesso em: 22/06/2020.
- DE WIT, Hans. “Inclusive and innovative internationalization: 25 years of evolution of a concept”, in: *WES-CIHE Summer Institute*, 2019. Newton, MA: Center for International Higher Education.
- DE WIT, Hans. “Internationalization in Higher Education: A critical review.” *SFU Educational Review*, vol. 12, nº 3, pp. 9-17, Dec. 2019.
- HUDZIK, John K. *Comprehensive internationalization: From concept to action*. Washington, DC: NAFSA: Association of International Educators, 2011.
- HUDZIK, J. K. “Barriers and barrier reduction for comprehensive internationalization”, in: HUDZIK, J. K. (ed.) *Comprehensive Internationalization: Institutional Pathways to Success*. Abingdon, Oxon, UK: Routledge, 2015. p. 76–91.
- LEAL, Fernanda. “Os limites da crítica à ‘internacionalização da Educação Superior’”, in: *Iberoamérica Social: Revista-Red de Estudios Sociales*, nov. 2019. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/os-limites-da-critica-a-internacionalizacao-da-educacao-superior/>. Acesso em: 22/06/2020.
- LIMA, M. C. e CONTEL, F. B. *Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e geopolítica do conhecimento*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2011.
- OCDE. *Education at a Glance*, 2012. Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/highlights.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- REISBERG, L. (2019). *The Growing Complexities of International Collaboration*. Retrieved, september 20, 2019. Disponível em: <https://www.insidehighered.com/blogs/world-view/growing-complexities-international-collaboration>. Acesso em: 23/06/2020.
- UNESCO. *Anais... Educação superior: reforma, mudança e internacionalização*. – Brasília: UNESCO Brasil, SESU, 2003.

APRESENTAÇÃO

Esta obra é fruto de uma pesquisa realizada no mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), cujo título original foi *Limites e perspectivas da internacionalização da educação superior em universidades comunitárias do interior do país: um estudo a partir da Unoesc*. Esta pesquisa esteve inserida a uma investigação macro, desenvolvida pelo Grupo Internacional de Educação Superior (GIEPES/Unicamp), que investiga o processo de internacionalização da educação superior no território ibero-americano.

Discutir e refletir sobre os processos de internacionalização da educação superior é uma das principais tendências e, ao mesmo tempo, um desafio para as universidades nesse início de século XXI, visto que a mesma está sendo responsiva pela integração não só do conhecimento, mas também das relações de cooperação entre as nações.

Nesse cenário, a internacionalização tem ganhado centralidade nas diretrizes educacionais dos países, devido a crescente importância da universidade no fortalecimento das economias nacionais e nos seus processos de desenvolvimento tecnológico e científico. Dessa forma, motivada pela influência e financiamento de entidades/organismos internacionais, a internacionalização é incorporada nas políticas de educação superior e institucionalizada nas universidades.

Segundo Krawczyk (2008), as políticas de internacionalização da educação superior estão centradas na ideia de cooperação internacional focalizando o desenvolvimento econômico e, sendo fomentadas tanto entre diferentes instituições governamentais, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quanto entre organismos multilaterais.

Neste contexto, a inserção internacional das universidades brasileiras passa a ser incentivada como política e considerada como critério de avaliação da educação superior nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, seja por organismos internacionais, seja pelas agências nacionais do Estado que representam os interesses da burguesia. De modo geral, os argumentos são postos para que as Instituições de Ensino Superior (IES) não permaneçam indiferentes às demandas para a prática da internacionalização.

Assim, os processos de internacionalização nas universidades são incentivados com intuito de fomentar o desenvolvimento tanto científico e tecnológico quanto o crescimento econômico, via educação, conforme alude Santos Filho (2018, p. 186): “[...] por motivos acadêmicos, culturais e políticos, a internacionalização vem evoluindo, por razões econômicas, para oferecer serviços educacionais como uma *commodity*”.

Em um contexto de economia cada vez mais globalizado, em que a educação é empregada como ferramenta de impulso ao desenvolvimento econômico, é importante compreender os discursos produzidos por organizações internacionais e agências nacionais de regulação como a Capes, haja vista que as mesmas direcionam a maneira de promoção de reformas educacionais e implantação de políticas que atrelam “qualidade de ensino” a economia.

De acordo com Mészáros (2008), a educação segue a lógica do capital, cujo objetivo é uma economia forte para aqueles que dela fizerem uso:

A educação institucionalizada serviu no seu todo ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. (Mészáros 2008, p. 35)

As formas de intervenção no sistema educacional pelas classes dominantes se manifestam por meio de políticas que são decorrentes, em um primeiro momento, de recomendações de organismos multilaterais articulados ao Estado, cabendo aos governos e às IES o papel de negociar para executar as determinações. O exemplo disso é o modo como a internacionalização, via cooperação internacional, por meio de uma rede de troca de conhecimento de “interesses” compartilhados, é tratada em documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (2004, 2015) e do Banco Mundial (BM) (2011).

Em contradição à realidade evidenciada pelos discursos dos documentos de organismos multilaterais, entendemos que os desafios para a universidade relativos aos processos de internacionalização da educação superior são, conforme Azevedo, Silva Júnior e Catani (2015, p. 12), “[...] fenômenos necessários para a comunicação entre os povos e para difusão da cultura e do conhecimento acumulados pela humanidade”.

Mas há uma diversidade de termos conceituais sobre a internacionalização da educação superior. Em consonância com Santos Filho (2018), isso causa certa dificuldade de compreensão consensual, uma vez que termos como educação internacional e mobilidade acadêmica são usados para definir o sentido da internacionalização como um processo pelo qual acontece a integração da educação internacional ao currículo.

De acordo com o autor, os processos de internacionalização não ocorrem isoladamente, por uma ou outra ação de mobilidade ou pelo desenvolvimento de pesquisa em rede, mas sim, pressupõe a cooperação acadêmica de várias formas como: cultural e científica,

proporcionando o fortalecimento do caráter internacional da IES em relação ao ensino e à pesquisa.

Na mesma direção, Azevedo e Catani (2013, p. 274), aludem que as ações internacionalizadas fortalecem o caráter internacional da universidade (e toda a sociedade é beneficiada nesse processo), na medida em que se torna solidária, compartilhando bens intangíveis como o conhecimento, cultura, ideias e ciência: “[...] o compartilhamento desses bens públicos têm a propriedade de tornar a sociedade (local, regional ou global) ainda mais rica, social, econômica, cultural e politicamente. Quanto mais são divididos, no sentido do compartilhamento, maior é a riqueza da sociedade”.

Entendemos, assim, que a internacionalização da educação superior evidencia relações entre nações, culturas e países. Porém, nesse campo figuram disputas para além da interculturalidade, da integração das pesquisas e da solidariedade entre os povos, pois outros “interesses” fomentam debates e apontam para tomadas de decisão e reformulações tanto nas políticas educacionais quanto nas institucionais das universidades (Trevisol e Fávero 2019).

Estudar a temática da internacionalização da educação superior se faz mister na contemporaneidade, pois a crescente demanda de competências e habilidades por parte dos profissionais formados e das universidades, associada ao acelerado aumento do empenho no desenvolvimento de pesquisas sobre inovação e tecnologia, traduzem-se em reformulações das políticas que regem o sistema educacional de ensino superior, as quais estão permeadas por “interesses” que perpassam a “integração de dimensão internacional, intercultural ou global” (Knight 2003, p. 2) do conhecimento entre os povos.

Com base no exposto, este estudo analisou a internacionalização da educação superior em uma universidade comunitária – a Unoesc – situada na região do Oeste Catarinense, da qual decorreu a seguinte problemática: face aos desafios e exigências apontados pelo contexto global em internacionalizar o ensino, a pesquisa e a extensão, que razões justificam o desenvolvimento do

processo de internacionalização na Unoesc, enquanto universidade comunitária do interior de Santa Catarina?

Desse problema inicial surgiram outras questões que direcionam o estudo, a saber: como se caracteriza a internacionalização da educação superior brasileira? Como são debatidas as questões que envolvem os processos de internacionalização e os principais desafios enfrentados para internacionalizar o ensino, a pesquisa e a extensão, na contemporaneidade? Nos documentos dos organismos multilaterais sobre educação superior, há um discurso de internacionalização na perspectiva da educação contemporânea? Existe relação entre o discurso dos documentos dos organismos multilaterais e a avaliação da Capes no quesito internacionalização? E, ainda, como se caracteriza a política institucional de internacionalização da Unoesc?

A partir do entendimento de que a pesquisa se constitui em um processo pelo qual o pesquisador desenvolve “uma atitude e uma prática teórica de constante busca, que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente” (Minayo 2003, p. 23), o objetivo geral desta investigação foi analisar, em contexto de grande apelo à internacionalização segundo moldes defendidos por organismos internacionais e apreendidos pelo Estado brasileiro, as razões que justificam o desenvolvimento da internacionalização pela Unoesc, enquanto universidade comunitária do interior de Santa Catarina.

Com a elucidação do tema de investigação constituímos os seguintes objetivos específicos: historicizar o conceito de internacionalização da educação superior; entender como a internacionalização está sendo discutida no cenário nacional a partir da produção do conhecimento científico sobre a temática; reconhecer, no discurso de Organismos Multilaterais sobre a educação superior, a presença da internacionalização como uma estratégia para a educação contemporânea; investigar as políticas e os processos contemporâneos de internacionalização da educação superior brasileira; compreender as políticas de avaliação da Capes

e as exigências da internacionalização da pesquisa; refletir sobre como se caracteriza a política institucional de internacionalização da Unoesc.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotamos a metodologia histórico-crítica, a qual foi desenvolvida por Saviani em 1970, a partir da pedagogia histórico-crítica. De acordo com Saviani (2013, p. 76), “a expressão pedagogia histórico-crítica é o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo”. Assim, por meio dessa concepção, cujas origens são baseadas na dialética, entendemos necessária a compreensão do contexto histórico que constitui o objeto de estudo.

Complementando as ideias de Saviani (2013) sobre o uso do materialismo histórico para compreensão dos fenômenos que envolvem a Educação, Corsetti (2010, p. 89) afirma que “Isso significa compreender a Educação no contexto da sociedade humana, como ela está organizada e como ela pode contribuir para a transformação da sociedade”. Desse modo, alicerçados nessa perspectiva metodológica, procuramos interpretar não apenas a constituição do conceito de internacionalização, mas compreender as contradições que o fenômeno enseja, mais especificamente sobre a questão da elaboração das políticas públicas, como elas chegam até o chão da universidade e como são desenvolvidas.

A análise da investigação foi de abordagem qualitativa, utilizando como procedimentos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica; b) análise documental de organismos internacionais (BM e Unesco), nacionais (Capes) e institucionais; c) aplicação de questionário e entrevista semiestruturada, para recolher dados relacionados ao desenvolvimento dos processos de internacionalização da universidade pesquisada.

Assim, para uma percepção da realidade mais ampla, elegemos categorias de análise que condizem com a problemática da investigação, a saber: historicidade, totalidade e hegemonia. Para Martins e Lavoura (2018, p. 228), na metodologia histórico-crítica, a escolha de categorias pelo pesquisador é utilizada para expressar

da melhor maneira as “ [...] formas de ser do objeto ou fenômeno investigado, sendo, portanto, formas de existência, ontológicas e históricas, do objeto em questão”.

Partindo desse pressuposto, entendemos que pela categoria da historicidade (Saviani 1991) dos fatos sociais que permeiam o objeto é possível compreender a multiplicidade de determinações tanto fundamentais quanto secundárias que os produzem. Pela categoria da totalidade de Kosik (2002, p. 25), conseguimos compreender a essência da “coisa” (nesse caso, a internacionalização):

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. (Kosik 2002, p. 52)

Nesse sentido, a categoria da totalidade, na perspectiva histórico-crítica, envolve a complexidade existente entre a realidade que envolve o fenômeno e os sujeitos que a constroem. Assim, sendo essa totalidade complexa, conhecê-la não significa entender todas as partes, mas, sim, apreender a lógica que determina essa totalidade.

Articulando as determinantes históricas (historicidade) e a compreensão de como se constituiu/desenvolveu tanto a internacionalização na contemporaneidade quanto os processos desenvolvidos na universidade pesquisada, cremos que a categoria da hegemonia complementa o estudo, no sentido de que nos leva à reflexão crítica acerca desse fenômeno investigado.

Nosso entendimento da categoria hegemonia, é embasada em Gramsci (2002). Segundo o autor, é pela hegemonia que são possíveis o consenso e a liderança, tanto política quanto social de uma classe sobre outras, o que pode provocar diferentes percepções dos sujeitos tanto à compreensão da realidade quanto das relações sociais entre as classes. Considerando esses preceitos às formas de fomento (políticas) e ao desenvolvimento da internacionalização

da educação superior (ações), o uso dessa categoria analítica, nos possibilitou a interpretação do todo proposto pela investigação e nos conduziu ao aprofundamento das bases teóricas estudadas e a análise crítica do fenômeno pesquisado.

Remetendo-nos ao *locus* de investigação, a Unesco, universidade que está no rol das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES), destacamos que sua trajetória iniciou no final da década de 1960, em um período marcado por diversas mudanças no contexto sociopolítico e econômico da sociedade brasileira, decorrentes da implantação do regime empresarial-militar. Conhecer o contexto histórico de criação da instituição nos auxiliou na compreensão de como foram sendo implantadas suas políticas institucionais e em como a internacionalização passou a ser desenvolvida e consolidada institucionalmente.

Durante o regime empresarial-militar ocorreu a formulação da política econômica educacional, a qual combinando propostas de modernização fomentou a expansão do ensino superior. No caso catarinense, essa expansão iniciou com a criação de duas instituições públicas, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), as quais eram as únicas responsáveis por atender todo o estado. Nesse cenário, restou às regiões interioranas fundarem as Instituições de Educação Superior (IES).

Dessa maneira, nasceu o discurso da criação do modelo comunitário implantado em Santa Catarina. Para Frantz e Silva (2002, p. 34), esse modelo é fruto de “[...] uma iniciativa que não nasce no núcleo do poder público-estatal, mas na sua periferia, como expressão de vozes e vontades que querem se fazer ouvir e participar da construção de um espaço de educação socialmente mais amplo e democrático”.

Nessa abordagem, a respeito do contexto histórico das universidades comunitárias, sobressai o discurso de que as IES de caráter comunitário surgiram no Oeste Catarinense a partir da organização das comunidades e de esforços políticos/empresarias

regionais, visando ampliar a oferta e o acesso para o atendimento às demandas por ensino superior no interior do estado.

Em sentido inverso, há a corrente de pensamento que apresenta outro enfoque, segundo o qual a ideia parte da premissa de que a criação desse modelo universitário foi uma maneira de restringir o desenvolvimento de ensino superior gratuito, tanto nas formas de expansão da rede pública federal quanto estadual. Conforme alude Pegoraro (2012, p. 139), “[...] a criação das ICES abafou e/ou diluiu as ideias, as iniciativas e os movimentos por ensino público gratuito para a maior parte dos municípios do interior do Estado”.

Outrossim, Bastiani e Trevisol (2018), ao analisarem o contexto de influência socioeconômico nacional na criação das universidades comunitárias em Santa Catarina, mencionam que o estado catarinense, ao optar pela criação das universidades comunitárias, fazendo uso da justificada busca pela interiorização do ensino superior e pelo impulso ao desenvolvimento econômico regional, contribuiu, na realidade, para a expansão do setor privado de ensino.

Foi neste cenário que ocorreu a fundação da Unoesc (1968), que se institucionalizou como uma universidade multicampi sob o modelo jurídico de IES comunitária e, em meados da década de 1990, foi reconhecida como Universidade pelo Conselho Estadual de Educação, sendo credenciada pelo Ministério da Educação (MEC).

De acordo com os registros históricos da Unoesc, para estruturar a universidade foi desenvolvido um projeto de uma universidade única para a região Oeste de Santa Catarina, sob a justificativa da homogeneidade histórico-cultural da região e do impulso ao desenvolvimento econômico (UNOESC 1991).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Unoesc propôs-se atuar na pesquisa e na capacitação tecnológica como projeto de desenvolvimento socioeconômico da região (UNOESC 2018a). Além disso, buscando ampliar sua atuação, a universidade passou a investir no fortalecimento e aprimoramento da pesquisa e da prestação de serviços educacionais, a partir de parcerias governamentais e privadas, implantando em 2018, seu primeiro Plano de Internacionalização (PI).

Com esse Plano, a Unesco afirma reestruturar os processos de internacionalização (já que segundo o PDI da instituição, desde o ano de 2010 vêm realizando ações internacionalizadas via mobilidade discente), a partir de um olhar voltado à integração e à cooperação internacional. Contudo, nesse documento, a universidade faz uso dos termos globalização, inovação e tecnologia (UNOESC 2018b), o que, em princípio, parece demonstrar que a formalização do processo institucional da internacionalização observa preceitos defendidos pelos organismos multilaterais e pela Capes.

Partindo desse cenário, buscamos compreender quais são as razões que justificam o desenvolvimento dos processos de internacionalização da Unesco, ou seja, entender se existe nessas ações o comprometimento com o ensino, pesquisa e extensão e não apenas o interesse pela competitividade do mercado ou, ainda, o atendimento às recomendações dos organismos multilaterais e das agências nacionais de regulação acerca do tema.

Assim, considerando a abrangência do tema, buscamos com esse estudo auxiliar na construção conjunta de debates sobre educação superior e políticas de internacionalização em universidades comunitárias, haja vista que esse modelo de IES possui características específicas, voltadas não apenas ao desenvolvimento econômico regional, mas também ao social e cultural, numa perspectiva dialética, que parte do contexto local para a integração das “[...] dimensões internacional, intercultural e global às atividades próprias das instituições acadêmicas e às suas metas e funções” (Knight 2011, p. 4).

Perante o exposto, manifestamos o desejo de que esta pesquisa provoque outras concepções diante dos desafios em que as universidades contemporâneas estão acometidas no tocante aos processos de internacionalização da educação superior, uma vez que almejamos a reflexão crítica sobre ações e possibilidades em internacionalizar para além de um mero processo de relações internacionais mediadas pelo contexto da globalização, do capitalismo e das intervenções neoliberais, ou seja, para a emancipação humana.